

Legislativo Federal

SUMÁRIO

Secovi-SP participa da reunião com os relatores da Reforma Tributária



O presidente executivo do Secovi-SP, **Ely Wertheim**, participou na quarta-feira, 16/8, em Brasília, da primeira reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), gestão 2023-2026. Entre os convidados estavam o senador **Eduardo Braga (MDB/PA)** e o deputado federal **Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**, relatores da PEC 45/2019 da Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional.

Ely Wertheim, também presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da CBIC, estava acompanhado dos vice-presidentes Caio Portugal e Cláudio Bernardes; o economista chefe, Celso Petrucci; e os assessores Pedro Krähenbühl e Luís Fernando Melo Mendes. O ex-presidente da entidade e atual presidente do Lide Habitação, Flavio Amary, e Lair Krähenbühl, também estavam presentes.

Segundo o atual relator da PEC no Senado Federal, o senador Eduardo Braga, que apresentou seu plano de trabalho nesta semana, serão realizados oito audiências públicas. “A ideia é apresentar o relatório, construído com base no texto aprovado na Câmara, dentre 10 e 12 semanas, para que o plenário do Senado possa deliberar sobre o tema”, disse Braga.

O relator da matéria na Câmara dos Deputados, o deputado Aguinaldo Ribeiro, disse que “foi um relatório bastante equilibrado”, reconhecendo que o setor imobiliário deve ter tratamento diferenciado na tributação do IVA em razão das especificidades das atividades.

Secovi-SP participa da reunião com os relatores da Reforma Tributária p. 1

Aprovado o Plano de Trabalho sobre a Reforma Tributária na CCJ do Senado Federal p. 2

Claudio Bernardes palestra na reunião da Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável p. 3

Arcabouço fiscal será discutido na próxima segunda-feira p. 3

Prazo para prescrição de cobrança de condomínio é aprovado na CCJ p. 3

Secovi-SP se reúne com Senador Efraim Filho em Brasília p. 4

Novos saques para o FGTS p. 4

Isenção de IPTU na região da Cracolândia p. 5

Frente Parlamentar da Habitação de Interesse Social e do Desenvolvimento Urbano p. 5

Incentivos na requalificação do centro de São Paulo p. 6



Aprovado o Plano de Trabalho sobre a Reforma Tributária na CCJ do Senado Federal



Na quarta-feira, 16/8, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o plano de trabalho apresentado pelo senador **Eduardo Braga (MDB/AM)**, relator da [PEC 45/2019](#). De acordo com esse plano, serão realizadas sete audiências públicas com o objetivo de ouvir todos os setores interessados no tema.



Segundo Braga, a reforma deve ter três fundamentos claros: a simplificação tributária, o equilíbrio federativo e a neutralidade da carga tributária. Além de simplificar o sistema tributário, a matéria tem como meta "ampliar a base de contribuintes e aumentar a competitividade da economia brasileira".

Pelo plano de trabalho apresentado, serão oito audiências públicas, a serem iniciadas em 22 de agosto, com debate sobre o diagnóstico, objetivos e conceitos. Na sequência, em 23 de agosto, será debatido o impacto no setor da indústria. Foi definido ainda uma audiência pública para debater o Conselho Federativo. Também estão previstas audiências para discussões acerca dos impactos nos setores de serviços, do agronegócio e no cooperativismo, os regimes específicos e distintos e ainda os impactos sob a ótica dos estados e municípios.

Por meio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o **Secovi-SP** participará das discussões sobre a reforma tributária, na audiência pública temática "Impacto na Indústria, prevista para o dia 23/8/2023.

Conheça [aqui](#) a íntegra do Plano de Trabalho apresentada pelo relator.

Claudio Bernardes palestra na reunião da Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável

O **Secovi-SP** esteve presente na reunião da Frente Parlamentar Mista em Apoio à Regularização Fundiária, Desenvolvimento Habitacional e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada na quarta-feira, 16/8, em Brasília. **Claudio Bernardes** palestrou sobre a “Habitação e Desenvolvimento Urbano”, conceituando a relação da expansão das cidades com a indústria imobiliária. Para ele, o tema demanda atenção e carece de alguns cuidados. Ele destacou ainda que a Frente Parlamentar pode ser uma indutora de uma série de modificações legislativas para fazer com que o desenvolvimento urbano e a habitação andem juntos.



Pelo **Secovi-SP**, também estiveram presentes o presidente executivo, Ely Wertheim; o vice-presidente Caio Portugal; o economista chefe, Celso Petrucci; e o assessor Pedro Krähenbühl.

A vice-presidente de habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, presente na reunião, apontou a retomada do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e destacou as mais de 300 mil propostas de empreendimentos habitacionais recebidas.

Arcabouço fiscal será discutido na próxima segunda-feira

Na próxima segunda-feira, 21/8, o parecer do relator deputado Claudio Cajado (PP/BA), referente ao [PLP 93/2023 \(novo arcabouço fiscal\)](#), será discutido pelos líderes, técnicos do Ministério da Fazenda e o presidente Arthur Lira (PP/AL). Conforme o relator, não está fechado um calendário de votação, mas ele defende que a Câmara mantenha o texto original aprovado em maio e rejeite as mudanças do Senado.

Em entrevista no dia 15/8, o presidente Lira disse que a Casa não será irresponsável com relação a temas essenciais ao País. Ele disse ainda que as mudanças feitas pelo Senado na proposta serão votadas na Câmara até o dia 31 de agosto.

Prazo para prescrição de cobrança de condomínio é aprovado na CCJ

Foi aprovado na terça-feira, 1º/8, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, o [PL 1092/2022](#), que estabelece **prazo de cinco anos para a prescrição da cobrança de taxas condominiais**. Pela justificativa do autor da matéria, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia estabelecido esse prazo de prescrição para esses casos.



O relator, deputado **Alencar Santana (PT/SP)**, foi favorável à proposta, destacando em seu parecer que não existe disposição expressa na legislação a respeito da prescrição para a cobrança das taxas condominiais.

Agora, não havendo recurso para votação em Plenário, a matéria segue para apreciação do Senado Federal.

Confira o texto do PL [aqui](#), bem como o parecer do relator [aqui](#).

Secovi-SP se reúne com Senador Efraim Filho em Brasília

O presidente executivo do Secovi-SP, **Ely Wertheim** se reuniu com o senador **Efraim Filho (União Brasil/PB)**, relator do grupo de trabalho da reforma tributária na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A reunião, realizada no início de agosto, foi marcada por discussões focadas na abordagem estratégica da reforma tributária em andamento.

O senador desempenha um papel fundamental como relator do grupo de trabalho que está encarregado de examinar os aspectos críticos da reforma tributária no âmbito da CAE. A iniciativa visa promover uma simplificação e desburocratização tributária, garantir uma abordagem equilibrada do imposto sobre valor agregado (IVA) para diversos setores, incluindo indústria, comércio e serviços, e discutir questões sensíveis como partilha de receitas, Fundo de Desenvolvimento Regional e compensações por perdas de arrecadação. Além disso, temas específicos como a Zona Franca de Manaus, regimes fiscais especiais e benefícios fiscais também estão sendo explorados no ciclo de debates.

Durante a reunião, Ely e senador trocaram ideias sobre as implicações da reforma tributária para o setor imobiliário e habitacional, bem como discutiram estratégias para garantir que as mudanças propostas sejam benéficas para o mercado e para o desenvolvimento sustentável do país. Ambos reconheceram a importância de um diálogo aberto e colaborativo entre o setor privado e o governo para alcançar resultados construtivos.

Na oportunidade, foi reconhecida também a atuação do senador como relator da Medida Provisória 1162/2023 (Programa Minha Casa, Minha Vida), que resultou num compromisso político para a viabilização de dois vetos importantes do Poder Executivo: a questão do seguro estrutural e do uso das assinaturas digitais nos contratos eletrônicos.



Novos saques para o FGTS

Nas últimas semanas, o Plenário da Câmara dos Deputados chegou a discutir o [PL 6980/2017](#), de autoria do deputado Julião Amin (PDT/MA), que **permite a movimentação da conta do FGTS por ocasião do nascimento ou adoção de filho**.

Diante da possibilidade de impacto relevante na sustentabilidade das operações do FGTS na habitação, o Secovi-SP elaborou Nota Técnica, que foi subscrita pela CBIC e Abrainc, com os argumentos contrários à matéria, que foram bem recebidos pela relatora do projeto, a deputada **Delegada Katarina (PSD/PI)**. A Nota Técnica também foi encaminhada para os Líderes Partidários, Caixa Econômica, Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda.



O **Secovi-SP** entende que as novas modalidades de saques no FGTS tendem a impactar negativamente a capacidade de investimentos do Fundo nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, impossibilitando o uso desses instrumentos estratégicos para o desenvolvimento social e econômico do país.

A Nota Técnica pode ser conferida [aqui](#).

Legislativo Municipal

Isenção de IPTU na região da Cracolândia

O plenário da Câmara Municipal de São Paulo aprovou em 1ª discussão na quarta-feira (16/8) o [PL 448/2023](#), com 40 votos favoráveis, 6 contrários e 5 abstenções. O projeto de lei de autoria do Executivo, prevê a **isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2024 e 2025 na região da Cracolândia, no centro da cidade.**



A Prefeitura mapeou e analisou a área, identificando a necessidade de isentar do pagamento do imposto imóveis prejudicados pelo fluxo de pessoas em situação de rua e de dependentes químicos. O perímetro dos imóveis beneficiados é compreendido pelas ruas Guaianazes, dos Gusmões, dos Protestantes, Conselheiro Nébias, General Couto de Magalhães e Vitória.

Agora, a matéria será discutida em ao menos três Audiências Públicas. A primeira, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente será na próxima terça-feira, 22, às 11h. Após as discussões, ele retornará ao Plenário para a segunda e definitiva votação.

Acesse [aqui](#) a íntegra do texto do projeto de lei.

Frente Parlamentar da Habitação de Interesse Social e do Desenvolvimento Urbano

Na terça-feira, 15/8, o plenário da Câmara Municipal de São Paulo aprovou o [PR 21/2023](#), que cria **Frente Parlamentar da Habitação de Interesse Social e do Desenvolvimento Urbano.**

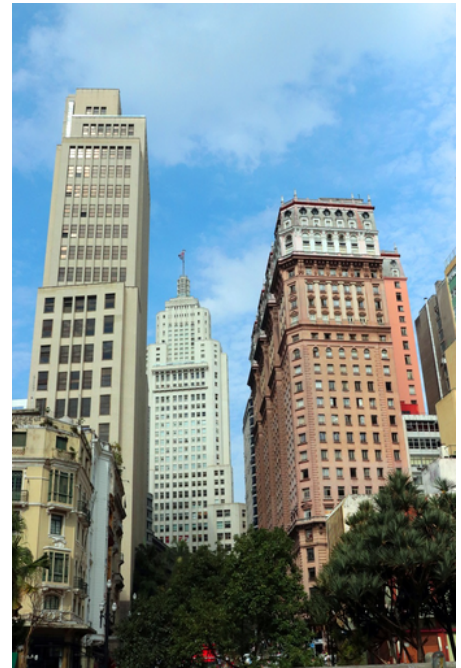
De autoria do vereador Fabio Riva (PSDB) e coautoria das vereadoras Silvia da Bancada Feminista (Psol) e Ely Teruel (Podemos), a Frente Parlamentar instituída pelo projeto de resolução tem por objetivo debater propostas e iniciativas em defesa da moradia digna; definir estratégias para novas políticas habitacionais e atendimentos futuros; construir diagnóstico e propostas metodológicas do setor habitacional, seus marcos regulatórios e legais; intermediar ações com os diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional, para colher e apresentar propostas técnicas pertinentes; e viabilizar articulação entre município, estado, e União, na elaboração e aplicação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano.

A matéria, aprovada na forma do texto inicial, que pode se conferido [aqui](#), vai a promulgação da Mesa Diretora da casa.

Incentivos na requalificação do centro de São Paulo

Na quarta-feira, 9/8, o plenário da Câmara Municipal também aprovou em 1ª discussão o, forma simbólica, sem votação nominal, o [PL 332/2023](#), de autoria do Executivo. A proposta altera as Leis nº 17.332, de 24 de março de 2020 (Triângulo SP), e nº 17.577, de 20 de julho de 2021 (Programa Requalifica Centro), para **ampliar os incentivos fiscais no perímetro pertencente à região central da cidade, a fim de promover a requalificação cultural, econômica e artística da região.**

Alterando o perímetro do Triângulo SP, que abrange o Centro Histórico da cidade, o PL estende o território em um quadrilátero com a inclusão das ruas Sete de Abril, Coronel Xavier de Toledo, Praça Ramos de Azevedo, Conselheiro Crispiniano, Avenida São João e Avenida Ipiranga, além das ruas Líbero Badaró, Benjamin Constant e Boa Vista, já contemplados na Lei vigente.



Além de delimitar novos quarteirões no espaço do Triângulo SP, o PL também amplia os benefícios fiscais previstos na Lei do Programa Requalifica Centro. Destaque para a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por cinco anos, a redução de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para 2% sobre serviços de engenharia e construção e a isenção de taxas municipais como, por exemplo, de licença e funcionamento.

O PL traz anexo uma tabela demonstrando os incentivos fiscais para cada segmento econômico.

Agora, o PL será discutido em pelo menos duas Audiências Públicas antes da sua apreciação, em 2ª discussão, no Plenário da casa.

Acesse [aqui](#) a íntegra do texto do projeto de lei, bem como a justificativa do Executivo.